

LÍTIUM - O PRESENTE ENVENENADO DE CRIAÇÃO DE RIQUEZA

A criação de riqueza é fundamental para a sustentabilidade da Economia do País, e um garante de prosperidade e incremento de bem-estar na vida dos portugueses. Infelizmente, a questão “lítio” será um logro que terá, pelo contrário, graves consequências a nível económico, ambiental e social no território português, mais especificamente, nas regiões abrangidas pelo mapa concecional – “Mapa Cor-de-rosa”.

Portugal e os Portugueses estão a ser conduzidos, mais uma vez. Para um grande imbróglio, por um governo incompetente e fustigado por corrupção!

As populações do norte e interior de Portugal, desde 2019, vivem a angústia de lhes ser imposta nas suas Terras, a exploração de minério de lítio em nome da descarbonização e de uma promessa de criação de riqueza na região e, consequentemente, no País.

Ora, já todos nós sabemos, e a história confirma, como funcionam as promessas de investimento na criação de “clusters” financiados, avultadamente, por fundos europeus, neste caso, pelo PRR.

Tal é o desvario, a desfaçatez e a falta de vergonha, que o actual Ministro das Infraestruturas – Carlos Galamba -, que tutela o “negócio” do lítio, está a ser investigado pelo Ministério Público, na sequência do processo nebuloso de concessão. A verdadeira “negociata”! O mesmo se passa, com o ex-Presidente da Câmara de Viana do Castelo, actual Secretário de Estado do Mar, José Maria Costa, que pertence, não sabemos se a um Governo ou a uma “seita”, liderada por António Costa.

Uma questão pertinente não podemos deixar de colocar. Sabendo nós, que Países como a República Checa, Sérvia, França, Espanha ou Alemanha apresentam estimativas de recursos muito superiores às de Portugal, e que por cá, a complexidade dos processos de extração e concentração do minério não são de todo rentáveis, porque é que o Governo socialista insiste neste projecto megalómano?

Estamos concretamente a falar do facto de os minérios de lítio, que em Portugal se encontram em pegmatitos, rochas duras com **pequenas percentagens de minério, que tornam o processo mais dispendioso do que a exploração de salmouras feita na América do Sul** daí a necessidade da exploração a céu aberto, de maiores dimensões e onde, na melhor das hipóteses, temos **0,05% de percentagem de minério ANTES de ser refinado**.

Quer isto significar que para conseguirmos 1 tonelada de minério, quantas toneladas de rocha e de terra, teremos de explodir, escavar, mover e processar? Quanta água, energia, combustível e produtos químicos altamente perigosos terão de ser usados para, no final, obtermos, tão somente, um quilo de “pó branco”?

Quantos terrenos agrícolas de exploração pecuária, ou até turística, reservas naturais teremos de explodir, poluir, destruir de forma permanente? Quantos rios e reservas aquíferas teremos de secar, ou tornar tão ácidas e poluídas, que serão impossíveis de ser utilizadas durante gerações?

Os mapas de zonas onde o Governo PS pretende concessionar para exploração mineira, desenhados a “régua e esquadro”, não respeitam populações, vilas e aldeias, rios, centros históricos e monumentos, ou reservas e parques florestais e Nacionais.

Falamos de minas a céu aberto com diâmetros superiores a 500 metros, e ainda temos a lei 54/2015, em processo de alteração, que prevê a atribuição de “anexos mineiros” adjacentes às minas, com cerca de 10 vezes a sua dimensão. Esta atribuição é destinada a infraestruturas, máquinas, lavarias e escombreciras, sendo, automaticamente, acionada no caso de concessões de exploração, originando a expropriação dos terrenos de privados, sem qualquer parcimónia. Se uma mina de 600 m de diâmetro não parece excessiva, um complexo mineiro de 6.600 m de diâmetro é inconcebível.

Sabemos que, para muitos o Barroso, Montalegre, Mangualde, entre outras regiões, ficam longe dos centros de decisão, no entanto, é de lá que chegam iguarias alimentares como a carne, o azeite, o queijo, o vinho, os legumes, as águas puras de qualidade, reconhecida nacional e internacionalmente, pelo que as suas potenciais contaminações possam ser um grande *handicap* para a saúde dos portugueses.

Assim, desejamos que o nosso Partido, já pioneiro nas suas posições sobre o lítio, através da Distrital de Viana do Castelo, no Alto Minho, assuma como medidas intransigentes:

1. **Parar, Rever e Reverter** todas as atuais concessões aprovadas pelo Governo PS, mesmo que acarretem custos. Os mesmos serão sempre inferiores às perdas e danos que estas explorações vão causar, no imediato e a médio/longo prazo;
2. Que futuros concursos e pedidos de exploração revelem transparência, de forma a que as partes, nomeadamente, populações locais, comunidade técnica e científica, e tutela, possam debater e confrontar-se publicamente, utilizando os diferentes operadores de comunicação social de massas.
3. Por fim, que a tutela, nomeadamente, os decisores envolvidos possam vir a ser criminalizados, se a prazo, se confirmarem os danos gravíssimos enunciados, para as populações e para o Ambiente.

Viana do Castelo, 18 de Janeiro de 2023